



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Mesa coordenada Teoria marxista da dependência: a categoria superexploração da força de trabalho e sua atualidade.

**A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO COMO FUNDAMENTO DO
CARÁTER CONTÍNUO DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR DO
CAPITALISMO DEPENDENTE PARA O CAPITALISMO HEGEMÔNICO**

Roberta Sperandio Traspadini¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal explicitar a centralidade da questão agrária na ação imperialista do grande capital monopolista e sua condicionalidade manifesta na superexploração como o sentido contemporâneo de uma “colonialidade” que insiste em permanecer. Para isto, o trabalho tem como perguntas geradoras: Qual o papel da terra e do trabalho vinculado ao agronegócio, na continuidade da dinâmica do capitalismo dependente latino-americano? A acumulação por espoliação reforça a superexploração da força de trabalho como categoria particular via transferência de valor do sul para o norte, ou a generalização de mecanismo mais violentos de exploração no âmbito geral. Vale destacar que a discussão da questão agrária presente neste texto se insere no debate contemporâneo da teoria marxista da dependência presentes nos textos de Marini, sua vigência e sua indissociável relação com as teses do imperialismo de Lênin.

Palavras-chave: Agronegócio; Superexploração, Terra, Luta de classes.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo principal explicitar la centralidad de la cuestión agraria en la acción imperialista del gran capital monopolista y su condicionalidad manifesta en la superexplotación como el sentido contemporáneo de una "colonialidad" que insiste en permanecer. Para ello, el trabajo tiene como preguntas generadoras: ¿Cuál es el papel de la tierra y del trabajo vinculado al agronegocio, en la continuidad de la dinámica del capitalismo dependiente latinoamericano? La acumulación por expropiación refuerza la sobreexplotación de la fuerza de trabajo como categoría particular vía transferencia de valor del sur hacia el norte, o la generalización de mecanismo más violentos de explotación en el ámbito general. Es importante destacar que la discusión de la cuestión agraria presente en este texto se inserta en el debate contemporáneo de la teoría marxista de la dependencia presentes en los textos de Marini, su vigencia y su indisociable relación con las tesis del imperialismo de Lenin.

Palabras claves: Agronegocio; Superexplotación, Tierra, Lucha de clases.

Abstract: This paper has as main objective to explain the centrality of the agrarian question in the imperialist action of the great monopoly capital and its manifest conditionality in the superexploitation as the contemporary sense of a "coloniality" that insists on remaining. For this, the work has as generating questions: What is the role of land and labor linked to agribusiness, in the continuity of the dynamics of Latin American dependent capitalism? The accumulation by spoliation reinforces the overexploitation of the labor force as a particular category via transfer of value from the south to the north, or the generalization of more violent exploitation mechanisms in the general scope. It is worth emphasizing that the discussion of the agrarian question present in this text is part of the contemporary debate of the Marxist theory of dependence in Marini's texts, its validity and its inseparable relation with the theses of Lenin's imperialism.

Keywords: Agribusiness; Superexploration, Land, Class struggle

¹ Professora do Curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA. Atualmente em cooperação técnica no Departamento de Ciências Sociais, UFES. Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFSC e professora voluntária da Escola Nacional Florestan Fernandes. Coordenadora do Observatório de educação popular e movimentos sociais na América Latina e (ES), 2018, UFES. E-mail: <roberta.traspadini@unila.edu.br>.

Introdução

A condição estrutural da dependência no capitalismo latino-americano, diretamente atrelada à dinâmica internacional da fase clássica e contemporânea do imperialismo, expõe a continuidade das veias abertas da América Latina, trabalhadas por Galeano na década de 1970. O processo de industrialização intensificado no continente a partir da década de 1930, sob a lógica da venda pelo capital monopolista externo, tanto não resolveu as severas e históricas situações de desigualdades estruturais no campo, como intensificou ditas dinâmicas, dado o poder do processo neoliberal de atrelar a desregulamentação da economia à transferência direta de poder do grande capital externo no próprio território nacional em que opera.

Assim, o século XXI se apresenta como o espelho da perversidade colonial, cuja imagem retrata as mazelas econômicas, políticas, culturais e sociais de uma formação social e histórica que mantém-se viva na lógica da produção e apropriação assentada sobre um contínuo poder donatário sobre as terras. Nesse sentido, a questão agrária na América Latina exprime, na atualidade, a supremacia do capital transnacional na produção de commodities e realização de lucros extraordinários, frente a condicionalidade da dívida familiar de parte expressiva dos pequenos produtores.

A intenção desse trabalho é a de apresentar, de forma introdutória, a vigência das categorias dependência e imperialismo, a partir da centralidade da questão agrária, tanto na dinâmica da concentração-centralização do capital no campo, como na relação entre expansão da fronteira agrícola e superexploração da força de trabalho no campo e na cidade. Para isto, terá como pergunta geradora: As perguntas norteadoras que nos propomos a trabalhar neste presente trabalho são: Qual o papel da terra e do trabalho vinculado ao agronegócio, na continuidade da dinâmica do capitalismo dependente latino-americano? A acumulação por espoliação reforça a superexploração da força de trabalho como categoria particular via transferência de valor do sul para o norte, ou a generalização de mecanismo mais violentos de exploração no âmbito geral, aniquilaram a forma-conteúdo particular de explicação de nosso capitalismo *sui generis*?

Para levar a cabo este exercício inicial, o trabalho está dividido em três itens a saber: Desenvolvimento: a) A concentração de terras e os grandes monopólios produtivos; b) Referências teóricas do debate e um diálogo entre a realidade concreta e a teoria expressa na realidade; c) considerações finais.

1) A concentração de terras e os grandes monopólios produtivos

O relatório da Oxfam intitulado *Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina*, 2016, reforça que o continente é o mais desigual na comparação do índice de gini é de 0,79, sendo da América do Sul de 0,85 e América Central de 0,75. Na escala dos piores na desigualdade emanada da concentração e centralização de capital na produção do campo, tem-se: Paraguai (0,93); Chile (0,91); Venezuela (0,88); Brasil (0,87). O que significa dizer que esta desigualdade emana do fato de que 1% das grandes propriedades de terras na região ocupa aproximadamente 51% das terras do território, enquanto 99% das demais grandes, médias e pequenas propriedades ocupam 49%. Ainda no quesito da desigualdade, as pequenas propriedades ocupam somente 13% das terras, ainda quando equivalham a 80% do total de propriedades da região.²

Na lógica da integração continental protagonizada pelo grande capital transnacional do agronegócio, temos em ocupação das superfícies agrícolas: a) Soja: Brasil, 36% ; Argentina, 49%; Paraguai 68,5%; Urugai, 45%; Bolívia, 30%.; b) Cana de Açúcar: Brasil, 13,5%; Colômbia, 24%; Guatemala 26%; Equador, 8,5%.

Outro ponto destacado pelo estudo da Oxfam diz respeito à posição da América Latina no total da produção de soja mundial. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, juntos, produzem mais da metade de toda a soja mundial. No período de quinze anos, segundo a revista Valor, foram produzidos por estes países 150 milhões de toneladas de soja em 60 milhões de hectares de terra. A título de exemplo, duas gigantes em consolidação de fusão, ADM-Bunge, a partir de sua dinâmica produtiva no Brasil, em 2017, efetivaram mais de 17 milhões de toneladas de sojas no mercado internacional. E, consolidada a junção das duas, essas empresas dominarão também a dinâmica da circulação de mercadorias nos principais portos do país.

É desse duplo movimento de poder do capital emanado dos grandes capitais agrários – produção concentrada e circulação dominada – que devemos entender que a produção de valor na América Latina, atrelada a uma crescente ampliação de capital constante na produção de soja, açúcar e outras commodities, faz com que os gigantes capitais monopolistas transnacionais ganhem tanto no que se apropriam de terra e de

² Cabe destacar as diferentes medidas dos tamanhos de propriedades entre os países. Enquanto na Argentina, computam-se as pequenas propriedades as que têm até 500 há; na Bolívia o cálculo refere-se as que tem até 20ha e no Brasil, até 100 ha.

trabalhos intensa e historicamente precarizados, como na transferência de valor advinda de um poder político sobre a economia e a política dos países que compõem América Latina.

A indissociabilidade entre teoria e realidade refletidas no caso concreto do estudo sobre a questão agrária e os conflitos do campo, expõe a vigência categorial da dependência em seu matiz marxista e do imperialismo nas concepções clássicas de Lênin, uma vez que à luz da concentração e centralização de capital, conseguimos explicitar a lógica política por trás do poder econômico do grande capital sobre o território latino-americano. A partir da particularidade do que é a produção de mercadorias na América Latina hoje, cuja centralidade do campo, narra as mazelas do que ontem e hoje significou nossa matriz urbano industrial, dependência-imperialismo contam uma história cotidiana encarnada nos eternos retirantes do campo presentes em situações vulneráveis nas cidades.

A condicionante estrutural da dependência, a apropriação de terra e superexploração da força de trabalho na América Latina, tornam vivas tanto as teses da Dialética da dependência trabalhadas por Ruy Mauro Marini, como as próprias teses sobre o Imperialismo de Lênin.

b) Referências teóricas do debate e um diálogo entre a realidade concreta e a teoria expressa na realidade

Mandel (1982) tem como tese que na história do capitalismo suas regularidades e contradições, ancoram-se na ampliação do fosso estruturante do desenvolvimento desigual e combinado. Nesse sentido, mais do que resolver as mazelas do subdesenvolvimento, o que caracteriza a divisão internacional do trabalho é a desigual composição orgânica do capital em geral, demarcada pelas particularidades concretas dos desdobramentos do capitalismo no território. O processo de “desenvolvimento” da periferia atrelado de forma indissociável às leis tendenciais que contrarrestam a tendência à queda da taxa de lucro, fez com que os países com altas reservas de recursos minerais e naturais fossem, como necessidade do próprio metabolismo contraditório do capital, o alicerce vital de conformação das riquezas apropriadas na forma de transferência de valor pelos países hegemônicos.

O passado colonial manifesto no presente imperialismo contemporâneo a partir, por exemplo, do peso do agronegócio (capital financeiro) nas economias latino-

americanas, exponha a continuidade das veias abertas no continente. Essa extração permanente, associada às condições cada vez mais duras de superexploração da força de trabalho, no campo e na cidade, estruturam a necessidade de entender o papel da questão agrária na matriz de desenvolvimento latino-americana ao longo do século XX com resultados impactantes no século XXI em termos de controle, posse, uso da terra; primazia da produção com veneno; privatização e estrangeirização do controle e uso mercantil sobre os recursos minerais e naturais e, não menos importante, refundação do Estado dependente na condução das contra-reformas ora implementadas.

O novo imperialismo (HARVEY, 2003) protagonizado na América Latina por capitais transnacionais com alta composição orgânica do capital, reforça a expansão da fronteira agrícola e as remoções forçadas das áreas de interesse de exploração extrativista (BRUCKMAN, 2011), demarcando novas-velhas contradições tanto na ampliação das estruturas desiguais da produção material e social da riqueza capitalista, como os resultados sociais e políticos desta própria situação, a acumulação primitiva de capital assume nos países subordinados à lógica dominante do capital financeiro um caráter de permanência histórica ao invés de transitoriedade. O que implica reforçar na estrutura de conformação do capitalismo dependente, o papel da produção de valor no campo, na história da superexploração da força de trabalho como fundamento particular do capitalismo dependente.

Em outras palavras, a estrutura desigual inerente ao sistema metabólico do capital (MÉSZAROS, 2004), é reforçada por outras dimensões da desigualdade no interior dos processos particulares de seu desenvolvimento no território e consolida, via a permanente ampliação do exército industrial de reservas e da fração da classe que está fora dele (nas denominadas periferias e favelas das regiões metropolitanas). Para este tema da complexidade das periferias desta região, temos a socióloga Telles como importante referência dialógica, na compreensão da terra e da superexploração da força de trabalho (dos sem terras e sem direitos) a forma-conteúdo viva do passado, logo, condição estruturante da vigência categorial da dependência no presente (TRASPADINI, 2016).

O extrativismo contínuo e a superexploração da força de trabalho (dos sem terras, sem direitos; ou com terras, mas superexplorados) como fundamento da história de sucção das riquezas socialmente produzidas cuja apropriação se dá tanto no movimento interno (capital que opera no território) como no movimento externo (capital que remete parte dos seus lucros ou bens intermediários para os países sedes) via transferência de

valor. Mecanismo este que explica, ante a generalidade da superexploração, a gênese e processualidade de sua particularidade concreta.

Segundo Reinaldo Gonçalves (2014), enquanto o coeficiente de exportação da indústria passou de 12,9% em 2002 para 19,7% em 2007, o coeficiente de exportação da indústria extrativa foi de 42,3% em 2002 para 58,7% em 2007. E alcançou o valor de 68,9% em 2010. Nos termos de Gonçalves, a economia política do Governo Lula, cuja centralidade é a do desenvolvimentismo às avessas, ampliou a vulnerabilidade externa estrutural, à custa de uma maior dependência tecnológica, financeira e política moldada pelos grandes capitais transnacionais.

O movimento de ter a terra (recursos naturais) e a força de trabalho superexplorada dos trabalhadores subsumidos no campo a partir de dinâmicas formais e reais no campo (camponeses, quilombolas e indígenas) presente na história do extrativismo colonial e neocolonial, demarca o processo contínuo do particular modo de extração de mais valia nas economias dependentes e respectivo processo de transferência de valor, como condicionante da forma-conteúdo do desenvolvimento capitalista dependente dos países da América Latina em relação às economias centrais. Condição esta inerente tanto à gênese como aos desdobramentos do capital em geral.

A era do agronegócio, *pop* para o capital e torturador para a classe trabalhadora, a partir dos anos 1990, no auge da implementação das políticas neoliberais, demarca novas formas mais violentas de apropriação privada da terra para a presente ou futura produção social de riqueza em condições ainda piores de superexploração da força de trabalho. O passado-presente da questão agrária na América Latina traz à luz a assertiva do clássico latino-americano *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (1999) que retrata a trajetória da acumulação primitiva como acumulação contínua por espoliação (HARVEY, 2003). Acumulação por espoliação, nas palavras de Harvey significa a

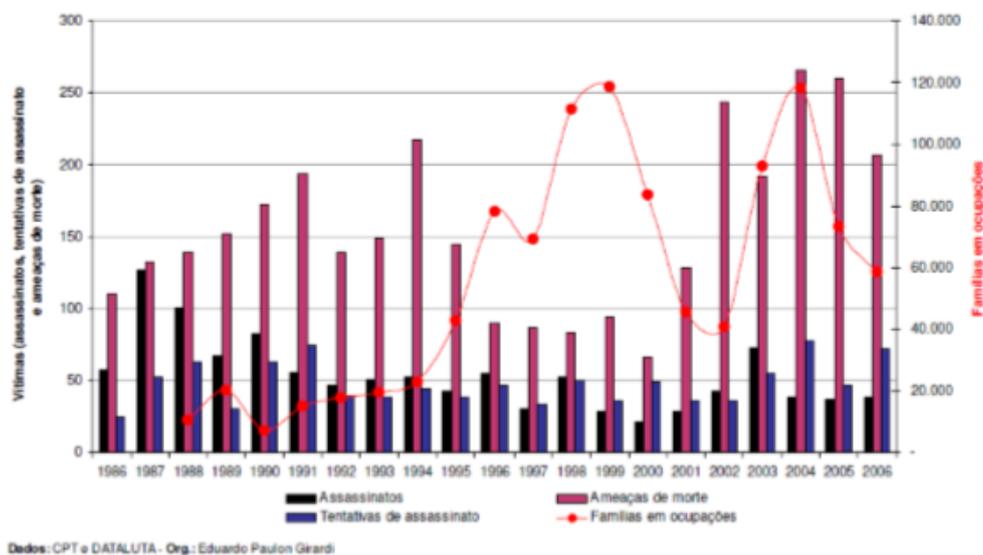
[...] mercadificação e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas a conversão de várias formas de direito de propriedade [...] em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão das formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processo coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2003, p.121)

Na totalidade da exploração do capital sobre o trabalho no mundo, os trabalhadores do Sul cumprem uma dupla função: 1) compor a produção de valor social

médio mundial, medida pela produtividade média do trabalho; e 2) contrarrestar, no interior das economias periféricas, a tendência à queda da taxa de lucro do capital financeiro transnacional em geral, e do capital financeiro nacional em particular. Os salários do Sul relatam, na discrepância entre os gêneros e entre a relação destes com o mundo, a substância estrutural do desenvolvimento desigual e combinado (a exploração da força de trabalho e sua parceira indissociável à superexploração da força de trabalho no Terceiro Mundo).

É impossível entender o teor da superexploração da força de trabalho no Brasil e na América Latina sem entrelaçar sua condição estrutural às mais drásticas situações de violência, resultantes dos conflitos entre o capital e o trabalho no continente. No caso específico da questão agrária, a violência no campo nos remete à situação histórica da presença, no século XXI, da maldita herança colonial que marcou, a ferro e a fogo, os corpos dos migrantes africanos, migrantes pobres europeus e povos originários índios do continente. Na continuidade de marcar nos corpos seu poder capital, a violência, no campo e na cidade é intensificada. Os dados do DATALUTA, organizados por Girardi contribuem para explicitar essa condição estrutural, conforme a figura abaixo.

FIGURA 8: Conflitos no campo (1960-2006)



Fonte: CPT, DATALUTA, 2015

O mapa do trabalho escravo, figura 9, produzido por Girardi nos permite ver, de forma didática, a situação concreta do trabalho escravo como inerente à questão agrária brasileira passada-presente (GIRARDI, 2008, p. 35):

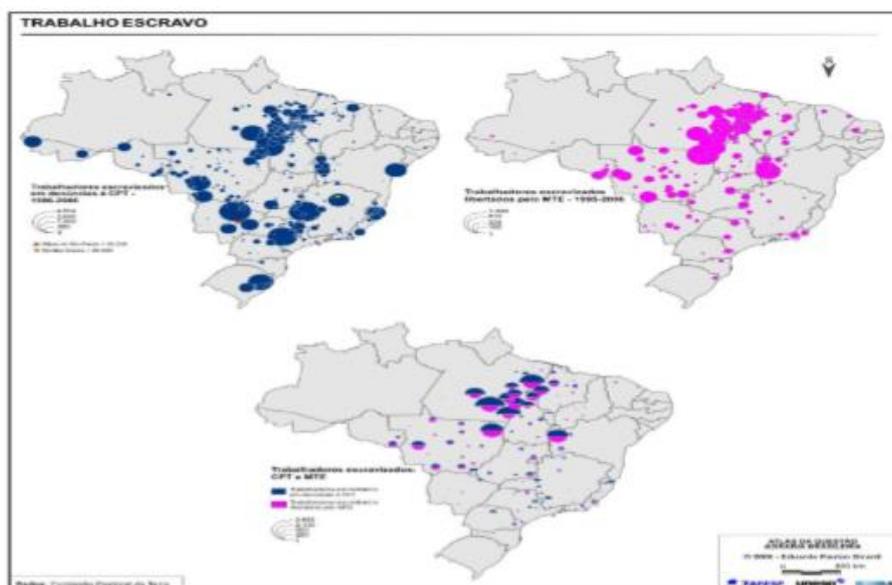


FIGURA 9: Mapa do trabalho escravo no Brasil (1986-2006)

No que diz respeito aos conflitos no campo no período de abertura à democratização em diante, chama a atenção que as regiões que tiveram o maior êxodo rural e a maior concentração de latifúndios monocultores apropriando-se de terras griladas sejam também o palco do maior índice dos conflitos. A acentuação dos conflitos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste retrata as características do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro e reforça a nítida faceta das condições estruturais do capitalismo periférico dependente. Na condição estrutural do capitalismo dependente, cabe destaque para a questão indígena no país.

Entre o conflito e a execução da reforma agrária do capitalismo dependente brasileiro pós-abertura “democrática”, a diferença entre o período neoliberal e a fase seguinte ganha expressão ascendente entre 2005 e 2006, momento em que as condições de negociação eleitoral de uma segunda gestão começam a ser efetivadas. Mais do que uma política deliberada de reforma agrária baseada na melhoria das condições da agricultura familiar, a continuidade do desenvolvimento neoliberal da era Lula foi uma política de conciliação. Como tal, ofereceu grãos de recursos na forma de crédito agrícola e de título da terra, em contraposição às toneladas ensacadas de recursos e terras movimentados em prol do agronegócio.

Vejamos: segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre as safras de 2010/2011 dos R\$116 bilhões programados, foram realizados 42%. A

agricultura familiar recebeu R\$ 5.510,00 milhões e a agricultura empresarial, como denominada pelo MDA, R\$ 43.202,50 bilhões. Em 2012, dos R\$123.238,00 bilhões programados para o MDA, foram realizados R\$50.764,20, ou seja, 41% do previsto. A agricultura familiar recebeu 38% do previsto (R\$6.094,00 bilhões de R\$ 16 bilhões) e a agricultura empresarial, leia-se o agronegócio, recebeu 41,7% do previsto, ou seja, R\$ 44.670,00 dos programados R\$107.238,00 bilhões.

Considerações finais

Ontem e hoje a terra e o trabalho vinculado a ela ou expulso dela na forma das migrações forçadas dos sem terras do continente, expõe a vigência da questão agrária como movimento de luta e história das resistências na América Latina. O extrativismo e o agronegócio encontram, ao longo do tempo, barreiras concretas à sua produção sem limites: os movimentos sociais do campo em seu matiz indígena, quilombola, camponesa. Essa tônica da luta pelo direito à terra e ao trabalho, tem gerado nos grandes proprietários de terra a necessidade de definir diretamente a política no território a partir não mais de organismos multilaterais, como no passado, mas sim sobre sua direta intervenção política no âmbito das economias.

O agronegócio, força de fora, encontra, nas forças de dentro, a oligarquia agrária, possibilidades abertas de produzir novos marcos políticos e jurídicos sobre seu atuar “livre” a partir da condição prisional sobre a ação dos lutadores sociais do campo e da cidade. Isto significa reforçar a tese de que a judicialização da luta e a criminalização dos gritos está diretamente ancorada na necessidade de liberdade comercial do capital transnacional, a partir da utilização dos recursos públicos como propriedade privada sua e dos trabalhadores retirantes e sem direitos com um contínuo no processo de devir do desenvolvimento no território.

Segundo o Anuário Estatístico da CEPAL, 2017, a população urbana da América Latina é de 80% do total da população do continente; uma taxa de desemprego aberto aproximada de 10%; uma taxa de pobreza extrema de 7% na cidade e 21,7% no campo; e de pobreza de 27% na cidade e 48% no campo. Essa situação de expansão da fronteira agrícola na América Latina a partir do protagonismo do agronegócio e de intensificação da densidade demográfica das megacidades da América Latina, com um número cada vez maior dos “sem direitos” à moradia, à alimentação; ao emprego formal, entre outros, expõe a relação direta entre a produção concentrada e centralizada no campo e suas

consequências na cidade. Expansão vinculada às políticas neoliberais de abertura econômica, privatizações continuadas e concessões de uso da terra, sem necessariamente ter a posse, dados os interesses voláteis do capital sobre os territórios.

Os dados da CEPAL relatam que se a situação na cidade se agudiza no que diz respeito à superexploração da força de trabalho, isso ocorre devido a condições concretas de processos ainda piores no campo. A pobreza extrema na cidade é duplicada no campo; assim como a pobreza. No entanto, campo e cidade, processos aparentemente diferentes de uma mesma totalidade do movimento desigual do capital, são conformados por uma classe trabalhadora que, desde tempos coloniais, viu sua garantia à liberdade física não associar-se ao direito à terra. É dessa memória e história sobre o campo presente na cidade e a cidade camponesa em hábitos, costumes e narrativas cotidianas sobre um ontem presente na difícil reprodução social de suas vidas dada a dinâmica da intensificação da superexploração que este trabalho reivindica a centralidade da questão agrária.

Na condição estrutural da dependência, entendida como relação desigual, com aparente autonomia entre economias que chegaram na sua independência formal no século XIX, nos termos de Marini, mas que expõem sua histórica condição de subordinação à lógica do capital financeiro monopolista ao longo dos séculos XX e XXI, é que se assenta o debate da questão agrária de nosso tempo. A partir dela a superexploração é redimensionada a partir de uma dimensão histórica perversa dos “sem terras”, “sem direitos”, “sem trabalhos formais”.

Na condição de dependência o capitalismo latino-americano reforça o caráter de sua particularidade na consolidação de um exército industrial de reservas camponês e uma massa de camponeses excluída do próprio exército. Situação que faz com que a superexploração demarcada pelo processo industrial, tenha como raízes processos ainda mais intensos de uma produção social individualmente apropriada pelo grande capital.

É também na lógica da questão agrária a partir do poder do grande capital monopolista no território que devem ser revistas as posições sobre a vigência ou não da categoria subimperialismo na dinâmica produtiva do continente. No complexo da soja e da pecuária do Paraguai, os produtores brasileiros aparecem com centralidade na dinâmica da perversidade de produzir mercadorias a partir de uma condição de superexploração intensiva que culmina em contínua transferência de valor das filiais para as sedes destas grandes empresas internacionais. Segundo a estudiosa da teoria marxista da dependência contemporânea, Cecília Vuyck,

A maioria dos enclaves de terra está localizada na área de fronteira: principalmente a área da fronteira leste, expandindo nos últimos anos o controle do território da região nordeste do Chaco paraguaio. Alguns dados oficiais da Comissão Interinstitucional para a Zona de Segurança de Fronteiras (CIZOSEF) 14 que enfrentam as mesmas limitações acima citadas- permitir-lhes visível: no departamento de Alto Paraguai, nordeste do país no Chaco paraguaio, 68% as propriedades pertencem a paraguaios, 6% a brasileiros e 1% a estrangeiros (uruguaios, espanhóis, chilenos, alemães, japoneses); no distrito de Nueva Esperanza, departamento de Canindeyú, leste do país na região leste, 7% dos proprietários são paraguaios, 58% brasileiros e 1% franceses; em Katuete, no mesmo departamento, 11% são paraguaios, 83% brasileiros e 1% chineses; em Francisco Caballero Álvarez, também de Canindeyú, 55% são paraguaios e 42% brasileiros (GLAUSER, 2009 apud VUYCK, 2014).

A presença do subimperialismo brasileiro associado ao imperialismo estadunidense no território paraguaio, com centralidade para o agronegócio, demarca a condição estrutural da dependência e da particularidade da superexploração da força de trabalho na América Latina como mecanismo contínuo de transferência de valor. Este trabalho integra, portanto, o grupo daqueles que defendem as teses da vigência da Teoria Marxista da Dependência, a partir dos exemplos de seu tempo, como herdeiros de uma teoria que, associada a uma ação política, objetiva explicitar como funciona o capital no território com vistas a superar ditas dinâmicas históricas de violências estruturais.

Referências

BRUKMANN, Monica. **Recursos Naturales y la geopolítica de la integración sudamericana**. Buenos Aires: Rebellion, 2011. Disponível em: <<http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe**, 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/tipo/anuario-estadistico-de-america-latina-y-el-caribe-statistical-yearbook-latin>>. Acesso em: 18 maio 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Balço da questão agrária no Brasil em 2015**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3044-balanco-da-questaoagraria-no-brasil-em-2015>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. México: Siglo XXI editores, 1999.

GIRARDI, Eduardo. **Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa**. Rio de Janeiro: UFF, 2008. Disponível em:

<[http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Eduardo%20Paulon%20Girard i.pdf](http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Eduardo%20Paulon%20Girard%20i.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**. Rio de Janeiro: Boitemo, 2014.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

LUCE, Mathias. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. 2011. Tese (Dourorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MANDEL, Ernesto. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2010/2011**. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/psafra_ag_familiar_2010_11.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

OXFAM. Relatório: desterrados: tierra, poder y desigualdade em América Latina, 2016. <<https://www.oxfam.org.br/publicacoes/desterrados-tierra-poder-y-desigualdad-en-america-latina>>. Acesso em: 22 maio 2018.

TELLES, Vera. **As cidades na fronteira do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini vida e obra**. São Paulo: expressão popular, 2011.

_____. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 338f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. **200 anos com Marx: a violência dos que o criminalizam, a arrogância dos que o tornam propriedade privada e a carência dos que o desconhecem**. Le Monde Diplomatique, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/200-anos-com-marx/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

VUYCK, Cecília. **Subimperialismo brasileiro y dependencia del Paraguay: los intereses económicos detrás del golpe de Estado de 2012**. Disponível em: <http://grupoparaguay.org/P_Vuyk_2014.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

